

LUZ, CÂMERA... EDUCAÇÃO!: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Karina Martins Barbosa¹

Edna Ferreira da Silva²

Georgete Cristiane Haas de Paula³

Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos⁴

Eixo temático: 7. Tecnologias nos Espaços Educativos: políticas e práticas

Resumo: No ano de 2020, o sistema educacional brasileiro se deparou com um enorme desafio o de proporcionar uma educação de qualidade através do ensino remoto consequência do distanciamento social forçado pela pandemia da Covid-19 doença respiratória aguda grave altamente contagiosa. Apesar de muito se discutir sobre o uso de novas metodologias e instrumentos digitais no ambiente escolar, a maioria das escolas, principalmente as públicas não estavam preparadas para este contexto, a pandemia acelerou esse movimento que fez professores do dia para noite se apropriarem dos mais diversos instrumentos de ensino virtuais na busca de oportunizar o ensino para todos. É sobre este movimento educativo diante do ensino remoto durante a pandemia que este artigo traz suas reflexões, através de consulta a documentos legais sobre o ensino remoto e reflexões, que apontaram o quão frágil está o sistema educacional público brasileiro e como os professores vem se reinventando, na tentativa de promover uma boa educação, na utilização de variados instrumentos digitais que estão à disposição dos professores atualmente citados ao longo do texto. Apesar de todos os esforços, a educação remota não conseguiu alcançar a todos muito mais por questões econômicas e políticas do que pelo esforço dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Pandemia. Educação. Desafios. Metodologias digitais.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia - PPGECT, campus Ponta Grossa. Ponta Grossa. Paraná. Brasil. email: ka.martins.barbosa@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia - PPGECT, campus Ponta Grossa. Ponta Grossa. Paraná. Brasil. email: ednarochaite@yahoo.com.br

³ Mestranda Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia- PPGECT, campus Ponta Grossa. Ponta Grossa. Paraná. Brasil. email: getedepaula@gmail.com

⁴ Prof^a. Dr^a. Eloiza Aparecida Silva Avila de Matos. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia - PPGECT, campus Ponta Grossa. Ponta Grossa. Paraná. Brasil. email: elomatos@utfpr.edu.br

Introdução

A educação no Brasil desde que se iniciou com os jesuítas enfrenta desafios sejam esses estruturais materiais e/ou financeiros. Um dos primeiros desafios está relacionado a questões linguísticas e de comunicação, em pleno século XXI a problemática da comunicação ainda persiste. A organização do sistema educacional brasileiro vem ao longo da história, considerando os 471 anos passando por diferentes propostas de diversas legislações e orientações.

Com a revolução tecnológica, a globalização, a ampliação da rede de internet, e ainda toda mudança social ocasionada a educação vem por meio de estudiosos e pesquisadores escrutinando alternativas para adequar o sistema educacional à nova sociedade posta. Um processo lento e árduo pois a escola vem sendo moldada no século XIX mas possui professores do século XX e alunos do século XXI, logo, conseguir conciliar toda essa diferença temporal e cultural é desafiador e complexo.

Além de toda adversidade que a educação brasileira vem passando em todo seu percurso, em 2020 um novo desafio irrompe: o ensino remoto consequência do distanciamento social ocasionado pela pandemia do Coronavírus que assolou o mundo provocando uma reorganização social, cultural, econômica, educacional, etc.

E agora? Como dar aulas a distância, sem preparação ou formação para este novo formato de ensino? Como foi esse processo para os professores? Quais foram as novas orientações legais para este ensino que se transformou do dia para a noite? Que instrumentos digitais os professores aprenderam a utilizar e incorporar nas suas aulas, na busca constante do processo ensino aprendizagem?

Apesar de discussões sobre aulas mais interativas, com um design que se aproximasse mais com o cotidiano dos alunos estarem presentes nos bancos acadêmicos, ainda faltava o “colocar em prática”. Diante deste novo cenário, os professores precisaram se reinventar, arregaçaram as mangas e aprenderam a utilizar aplicativos e plataformas que até então pouco ouviam falar tornando-se atores cruciais para que o ensino se tornasse possível dentro do contexto da pandemia.

Educação brasileira em tempos de pandemia

Não é algo inédito falar dos desafios enfrentados pela educação no Brasil, sejam esses por alunos ou por professores. No ano de 2020 esses desafios se intensificaram, quando o mundo se viu diante de um novo vírus, o Coronavírus Disease - Covid 19.

A COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. As evidências disponíveis atualmente apontam que o vírus causador da COVID-19 pode se espalhar por meio do contato direto, indireto (através de superfícies ou objetos contaminados) ou próximo (na faixa de um metro) com pessoas infectadas através de secreções como saliva e secreções respiratórias ou de suas gotículas respiratórias, que são expelidas quando uma pessoa tosse, espirra, fala ou canta. As pessoas que estão em contato próximo (a menos de 1 metro) com uma pessoa infectada podem pegar a COVID-19 quando essas gotículas infecciosas entrarem na sua boca, nariz ou olhos. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021).

Esse vírus afetou todas as esferas do planeta, sociais, econômicas, políticas, e até mesmo históricas. A educação obviamente também foi afetada, escolas foram fechadas primeiramente pensando-se por tempo determinado e por um curto período, algo que não se concretizou o sistema educacional brasileiro principalmente o sistema público se deparou com um de seus desafios mais latentes: a tecnologia e seu uso no ambiente escolar.

Desde a revolução tecnológica de meados dos anos de 1990, há uma preocupação de como esse processo se efetivaria na educação principalmente no ensino básico já que nessa modalidade educacional ainda se encontra muito enraizada a metodologia tradicional no processo de ensino-aprendizagem.

O método tradicional de ensino/aprendizagem centra-se no ato de transferir conhecimento. Considera o professor visto como portador de conhecimentos que devem ser repassados aos alunos, que, por sua vez, devem decorá-los para logo serem conferidos pelo professor. (CARNEIRO, 2012, p. 2).

Hoje vemos alunos que vivem em um mundo digital e conectado em sua vida social, mas quando chegam à escola se deparam com outra realidade digitalmente desconectada um ambiente totalmente analógico por diversos motivos sejam eles estruturais ou metodológicos “[...] muitos estudantes tornaram-se cidadãos digitais enquanto a formação de educadores e as práticas em salas de aula, em todos os níveis educacionais, permanecem no século XX.” (SOARES-LEITE e NASCIMENTO-RIBEIRO, 2012, p. 178).

Nesse novo contexto social em pleno século XXI onde a globalização encontra-se instalada e a internet faz parte da vida cotidiana de mais de oitenta e dois por cento (82%) das

residências brasileiras de acordo com o Ministério de Ciência e Tecnologia (2021) a educação não poderia continuar perpetuando a mesma forma de ensinar porém, nas escolas públicas ainda haviam até o ano de 2020 uma série de questões que impossibilitava a passagem desse espaço de ensino do analógico para o digital.

Uma dessas questões está relacionada às metodologias de ensino, uma possibilidade muito abordada e discutida atualmente é o que Moran (2017) apresenta, que são as metodologias ativas, porém ainda precisam ser estudadas e compreendidas pela maioria dos professores da rede pública de ensino.

Metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida. As metodologias ativas, num mundo conectado e digital, expressam-se por meio de modelos de ensino híbridos, com muitas possíveis combinações. A junção de metodologias ativas com modelos flexíveis e híbridos traz contribuições importantes para o desenho de soluções atuais para os aprendizes de hoje. (MORAN, 2017, p. 41).

Autores como Moran, Bergmann e Sams, Pilatti, dentre tantos outros, vêm há alguns anos estudando sobre metodologias ativas, sua aplicabilidade na educação, assim como apresentando possibilidades de intervenção. Esses estudos se dão desde os anos 1980 com a preocupação de tornar o aluno protagonista no processo de ensino aprendizagem.

As tecnologias digitais viriam a contribuir para o desenvolvimento dessas metodologias, porém todo o sistema educacional brasileiro caminhava a passos lentos no sentido de promover um processo de ensino aprendizagem mais autônomos.

Porém, no mês de março do ano de 2020 todas as escolas públicas e privadas do país foram fechadas por conta da pandemia pelo COVID-19 e todo o sistema foi forçado a repensar suas práticas e metodologias.

Em abril do mesmo ano o Conselho Nacional de Ensino (CNE), emitiu um parecer que tinha como objetivo principal não permitir que os alunos ficassem sem ensino. No Parecer aprovado pelo CNE na data de 28/04/2020 documento de nº 5/2020, foi deliberada a validação de atividades escolares não presenciais, através do ensino remoto, para que os alunos não perdessem o ano letivo devido ao distanciamento social, imposto pela pandemia.

Do cômputo de carga horária realizada por meio de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) a fim de minimizar a necessidade de reposição de forma presencial [...]. Nesse sentido, a Nota de Esclarecimento do CNE indicou possibilidades da utilização da modalidade

Educação a Distância (EaD) previstas no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e na Portaria Normativa MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, os quais indicam PROCESSO Nº: 23001.000334/2020-21 Eduardo Deschamps e Maria Helena de Castro – 0334 8 também que a competência para autorizar a realização de atividades a distância é das autoridades dos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e distrital. (CNE, 2020, p. 7).

Neste momento os estudos acerca do uso da tecnologia em prol do ensino-aprendizagem que caminhavam a passos lentos precisaram acelerar e uma metodologia diferenciada que parecia tão distante precisou ser colocada em prática mesmo que os professores não tivessem formação suficiente para isso.

O parecer do CNE não tratava da obrigatoriedade do uso das tecnologias digitais, mas apontava como uma possibilidade e para isso orientava que os gestores fizessem um esforço nesse sentido.

Para que se possa ter um olhar para as oportunidades trazidas pela dificuldade do momento, recomenda-se um esforço dos gestores educacionais no sentido de que sejam criadas ou reforçadas plataformas públicas de ensino on-line, na medida do possível, que sirvam de referência não apenas para o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem em períodos de normalidade quanto em momentos de emergência como este. (CNE, 2020, p. 23).

Considerando que as instituições escolares em sua grande maioria, contavam com uma estrutura física e material precário, seria possível efetivar um ensino remoto ou híbrido de forma tão repentina.

Apesar de 82% das residências no Brasil possuírem acesso à internet, esse acesso geralmente não era voltado para o âmbito educacional, ou seja, alunos e professores precisaram aprender como utilizar os aparelhos tecnológicos em prol do processo ensino-aprendizagem.

Além de todos os aspectos estruturais e materiais, formação precária dos professores para o uso das tecnologias na educação, houve ainda uma preocupação no interior das instituições, de como se daria esse processo? Quem seria o interlocutor nos momentos assíncronos? Como avaliar o processo de aprendizagem? Como manter a qualidade da educação nesse novo contexto?

Se, de um lado, temos maior flexibilidade de tempo, ampliação do alcance geográfico proporcionado pelas tecnologias, mais autonomia discente; por outro, temos as altas taxas de evasão, o frequente sentimento de solidão dos discentes, a preocupação com a manutenção da qualidade, a apreensão associada à avaliação e, é claro, as

impossibilidades de acesso ligadas às enormes diferenças socioeconômicas entre a população brasileira. (RODRIGUES, 2020, p.1).

Outra questão, ainda muito enraizada no sistema educacional, era que até março de 2020 havia uma restrição ao uso de aparelhos eletrônicos por alunos nas escolas, conforme Projeto de Lei 2.246/2007 e apensos o PL nº 2.547, de 2007, e nº 3.486, de 2008, da Câmara dos Deputados, que aprovou por unanimidade a restrição ao uso do celular em ambiente escolar, “Art.1º Fica proibido o uso de telefones celulares por alunos e professores nas salas de aula das escolas de educação básica”, por considerarem o aparelho como um distrator, ocasionando dessa forma a falta de atenção e a queda na qualidade da educação.

E agora, por conta da pandemia pelo Covid 19, o aluno precisa utilizar o celular para realizar atividades escolares, e para além dessa necessidade atual, a Base Curricular Comum Nacional (BNCC), traz em seu texto como uma das competências específicas de linguagens para o ensino fundamental,

Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (SILVA, 2021).

Desde 2018 existe um documento que versa sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação nas instituições escolares, porém como já mencionado acima essa prática ainda se encontrava distante da realidade escolar.

Todavia o desafio estava posto professores e alunos precisaram se reinventar o sistema educacional precisou se reorganizar partindo da questão dos 200 dias letivos e das 800 horas disposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, em seu capítulo II, seção I art. 24,

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (BRASIL, 2021).

O governo Federal precisou agir e promulgou a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020 que “estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de

calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. (BRASIL, 2020).

Nesta Lei foi dispensado o cumprimento dos 200 dias letivos, porém não dispensava o cumprimento da carga horária mínima. Apresentava ainda algumas possibilidades de organização das instituições escolares a fim de garantir aos alunos o acesso à educação durante esse período pandêmico, podendo estas encaminhar atividades não presenciais e utilizar recursos da tecnologia da informação e comunicação.

Isto posto, os professores foram impelidos a realizar seu ofício em home-office, as residências passaram então a ser também espaço de trabalho, professores tiveram que adquirir equipamentos tecnológicos de informação e comunicação a fim de realizar seu trabalho de maneira efetiva.

Além dos equipamentos, os professores precisaram aprender de maneira autônoma e muitas vezes sem respaldo administrativo como utilizar diferentes plataformas digitais que poderiam auxiliar nesse processo de ensino-aprendizagem diferente daquele a que estavam acostumados até então, alunos dentro da mesma sala de aula, ouvindo ao mesmo tempo.

Desta forma era preciso organizar o ensino de modo que o aluno pudesse compreender e realizar as atividades propostas com a ajuda da família além de desenvolver sua aprendizagem de maneira autônoma.

No centro desse furacão chamado de COVID-19, no tocante ao processo ensino-aprendizagem, se encontram o professor e o aluno. As mudanças na prática docente impactaram a maneira de aprender do aluno. O processo que se desenvolvia por meio da interação presencial, foi abruptamente substituído por uma situação virtual, ocasionada pelo imperativo do distanciamento social. Desafios, insegurança, despreparo, sobrecarga de trabalho, incertezas, ansiedade, aumento da desigualdade educacional e social, entre outras tantas palavras, expressam o sentimento no atual período. (HONORATO & MARCELINO, 2020, p. 218).

Os professores que até esse momento histórico tinham pleno domínio e conhecimento acerca de seu trabalho se percebiam abalados em suas certezas. Sendo desafiados a não utilizar o quadro negro, mas trabalhar o conteúdo de uma forma mais dinâmica com textos mais curtos e diferenciados.

Tecnologias digitais e o ensino remoto

Dado este novo contexto educacional, professores foram informados que deveriam prestar atendimento home-office com o trabalho remoto, usando diferentes ferramentas tecnológicas de informação e comunicação para que pudessem envolver todos os alunos.

Na educação remota predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com as aulas, sendo realizadas nos mesmos horários e com os professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos presenciais, como dito anteriormente. Esses professores estão tendo que customizar os materiais para realização das atividades, criando slides, vídeos, entre outros recursos para ajudar os alunos na compreensão e participação das atividades. (ALVES, 2020, p. 358).

Para isso, os professores precisaram aprender a utilizar aplicativos, ferramentas digitais, softwares educacionais ou não e tudo isso de maneira acelerada e durante o desenvolvimento do trabalho. Ainda, precisam aprender a gravar e editar vídeos, compor atividades e instruções para mobilizar alunos e familiares.

[...] procurar uma nova forma de ensinar e aprender, pautada no contexto do mundo atual e considerando o que se tem em casa, o envolvimento da família e a vida de distanciamento social. É preciso explorar novas maneiras de aprendizagem e interações que estimulem a curiosidade e a criatividade nos alunos para além do currículo acadêmico. (HONORATO & MARCELINO, 2020, p. 212).

O *Google* era conhecido quase que pela totalidade dos professores, porém o utilizavam para busca de informações. Com a nova realidade, os professores passaram a utilizar a plataforma *Google* para realizar reuniões e formações por meio do *Google Meet*, aprenderam a utilizar o armazenamento em nuvem, por meio do uso do *Google Drive*, organizar atividades no *Google Forms*, e até mesmo o *Classroom*.

O *Google Classroom* é uma sala de aula online, que ajuda professores no gerenciamento de atividades e criação de aulas interativas, ajudando o aluno a aumentar o aprendizado por meio de ferramentas disponíveis na Internet. O serviço ainda permite criar diferentes turmas, distribuir tarefas e enviar e receber notas e feedbacks. (FERREIRA, 2020).

Apesar desta sala de aula ser online, algo inovador ao sistema de ensino, há que se ter cuidado para não fazer mais do mesmo, ou seja, utilizar o espaço digital, o *Classroom*, e transformá-lo em um espaço engessado, no qual o professor ainda assuma o papel de grande transmissor do conhecimento e os alunos meros receptores.

Há inúmeras ferramentas, plataformas e aplicativos que poderiam ser utilizados na educação para promover o ensino e a aprendizagem, para além do Google, dentre eles: o *Kahoot* que é um aplicativo norueguês que pode ser utilizado para avaliação ou para organização de quizzes muito dinâmico e atrativo para os alunos.

O Duolingo, um aplicativo para trabalhar a língua estrangeira de forma lúdica, é um aplicativo bastante interessante e de fácil utilização. O Educreations, no qual o celular é transformado em uma lousa digital, proporciona uma interação mais dinâmica com os alunos.

Porém nem todos os sites ou aplicativos tem o intuito de promover e oportunizar a aprendizagem existem alguns aplicativos que tem o objetivo de replicar ações de sala de aula presencial no ambiente virtual como o aplicativo que solicita o silêncio na sala de aula on-line o *Too Noisy*.

Além dos aplicativos alguns softwares também poderiam contribuir nesse momento de pandemia e aulas não presenciais: Letra Livre (online), Keduca que apresenta testes interativos, o Geogebra para trabalhar matemática, e o *Scratch* que pode ser utilizado em todas as disciplinas, trata-se de um software de programação em blocos.

No entanto, para utilizar qualquer uma dessas ferramentas em prol do desenvolvimento do ensino-aprendizagem é necessário primeiramente que o professor conheça a ferramenta e a domine minimamente. Para que isso seja possível é necessário tempo e em algumas situações uma intervenção e interação com alguém que já possua esse conhecimento. Numa situação em que a incerteza é a palavra de ordem, tempo para primeiramente aprender e apreender para então utilizar uma ferramenta é algo não realista no momento, os professores precisam ir aprendendo na medida em que utilizam.

O trabalho remoto precisa primeiramente ser compreendido em sua essência. Trabalho pode ser compreendido como a realização de atividades para alcançar um objetivo pré-determinado, aqui não será aprofundada a conceituação do termo ou as diferentes abordagens que o mesmo permite por não se tratar do objetivo proposto. Remoto está relacionado à distância, portanto o trabalho remoto seria o trabalho à distância para atingir o objetivo que é a aprendizagem do aluno, o que os professores acabaram efetivando (ou tentaram efetivar) durante esse período de pandemia.

Pensar em como organizar atividades a serem encaminhadas para as residências dos alunos, que fossem ao mesmo tempo desafiadoras para que os alunos se sentissem provocados,



mas ao mesmo tempo simples para que os alunos pudessem solucionar sem muita dificuldade, e ainda com instruções que fossem acessíveis aos familiares.

Dentro do trabalho remoto há ainda a preocupação em socializar com as famílias o número de telefone particular dos professores, haja visto que as instituições não tinham possibilidade de fornecer a cada professor um aparelho ou chip institucional.

Souza (2021, p. 3) ressalta que no período de pandemia a jornada de trabalho do professor, que já não era muito definida, se agravou, até o ano de 2020 o professor levava tarefas do seu trabalho para realizar e finalizar na casa. Com a pandemia e o trabalho remoto, a casa virou espaço de trabalho, a disponibilização do número de telefone particular dos professores para pais e alunos, tornou a delimitação de horários ainda mais complexa e desafiadora, em razão de que é necessário estabelecer limites, porém é imprescindível manter o contato social e a interação com os alunos e familiares.

Outro desafio é a mudança de rotinas, o espaço escolar é recheado de rotinas, desde a entrada até o horário da saída. Nesse novo contexto, as rotinas foram ignoradas e alteradas, inclusive a rotina das casas, pais trabalhando em casa, filhos estudando em casa, não há espaços delimitados ou ainda suficientes para agregar tantas atividades. E para o professor não é diferente, quando ele desloca sua sala de aula para seu ambiente familiar, precisa conciliar trabalho e família, o que acaba gerando um desgaste maior.

Além dos desafios já expostos, os professores precisam se preocupar ainda com os alunos evadidos, situações de violência e fome às quais alunos possam estar expostos, fora questões relacionadas ao afetivo e emocional tanto de alunos quanto dos próprios professores, com perda de entes queridos ou insegurança do futuro.

Isso tudo sem mencionar ainda as questões de diferenças sociais estabelecidas no Brasil, cidades nas quais as escolas ainda funcionam com salas multisseriadas nas quais o professor é aquele que faz e serve o lanche, é aquele que zela pela limpeza do local, além é claro de oportunizar a aprendizagem dos alunos. As diferenças e desigualdades sociais que já eram alarmantes no país se evidenciaram ainda mais nesse período pandêmico.

Apesar de tudo isso, a tecnologização da educação não tem volta, a despeito do processo não ter ocorrido da maneira que era esperada: com estudos preliminares, preparação, formação e capacitação dos envolvidos no sistema educacional como um todo, para então ser colocado em prática, não é ponderável considerar o retorno ao modelo educacional que vigorava até o início de 2020. O medo que os professores tinham da tecnologia e da internet, com restrições e

proibições já não cabem mais, Castells, (2020) afirma "Agora entramos totalmente em uma sociedade digital em que já vivíamos, mas que ainda não havíamos assumido."

Já se passou um ano, e os professores durante esse período não se mantiveram prostrados, ao contrário, foram em busca de formação e conhecimento para a utilização das ferramentas digitais e das tecnologias de informação e comunicação disponíveis, no entanto Moreira e Schlemmer (2020, p. 6) fazem um alerta:

A tecnologia sozinha não muda as práticas pedagógicas, sendo que para maximizar os benefícios da inovação tecnológica, principalmente os que se referem as TD, importa alterar a forma como se pensa a educação. Não é uma utopia considerar as tecnologias como uma oportunidade de inovação, de integração, inclusão, flexibilização, abertura, personalização de percursos de aprendizagem, mas esta realidade exige uma mudança de paradigma.

Assim sendo, não basta o professor aprender como utilizar as tecnologias de informação e comunicação, se não mudar a forma como compreende o processo educacional e ainda o ensino-aprendizagem. É necessário buscar outras bases epistemológicas e outros paradigmas para sustentar as novas práticas que se fazem necessários, uma boa proposta seria a epistemologia da complexidade de Edgar Morin ou ainda a teoria ator-rede de Bruno Latour.

A Educação deverá ser integradora, numa criação e recriação do conhecimento, comumente partilhado. Pedagogicamente a educação é um processo aberto, permanente, que abarca a existencialidade do homem. A ação é questionar e problematizar é a essência do processo pedagógico. (TESSER, 1994, p. 97).

Portanto será incompreensível que após esse período pandêmico, todos os percalços superados e êxitos alcançados, quando houver o retorno ao modelo presencial se retome os moldes que se tinha até então.

Ponto fundamental para as aprendizagens serão as escolhas sobre o que é essencial que os alunos aprendam e por quais caminhos de aprendizagem. [...] Haverá necessidade de esforço para repensar aspectos ligados aos conteúdos e às didáticas, buscando formas ativas e participativas de construção de mediações cognitivas. (GATTI, 2020, p. 36).

Como mencionado acima, há que estudar para compreender como deverá ser organizada essa educação a partir de agora, o que pode ser agregado a fim de melhorar a qualidade do processo ensino aprendizagem, para que o uso das tecnologias seja em favor desse processo, será preciso

Deixar velhos hábitos, buscar novos sentidos para a educação escolar e novos caminhos. Mudar horizontes e não reproduzir mais do mesmo e lamentar perdas em relação a um modelo escolar que pede por mudanças: um modelo com visões apenas imediatistas e competitivas. É a oportunidade que se espera possa ser utilizada para dar novos formatos e significado à educação na escola básica não só nessa transição da pandemia para a volta às escolas, mas para o futuro. (GATTI, 2020, p. 37)

O momento para pensar sobre essa a organização da educação para o pós-pandemia é agora, não se deve esperar o momento chegar para durante a vivência ir organizando. Quando ocorreu o fechamento das escolas por conta da Pandemia, não houve tempo para planejamento então foi se organizando durante o caminhar, porém já se sabe que haverá um pós pandemia, ou seja, haverá o retorno presencial e isso já se pode organizar quais caminhos seguir, quais os melhores encaminhamentos metodológicos, quais instrumentos irão favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Considerações finais

Considerando a história da educação no Brasil todos os percalços pelos quais passa desde seu início, sejam esses de ordem econômica, política ou social, sempre há dois atores principais e que raramente são consultados nos momentos de decisão sobre os encaminhamentos necessários.

Um sistema educacional que não atende mais a demanda social gerada pela revolução tecnológica na qual o uso de aparelhos tecnológicos de informação e comunicação torna-se acessível a um número maior de cidadãos a escola ainda principia no processo de modernização.

A pandemia imposta ao mundo no ano de 2020 ocasionada pelo COVID -19 coloca em xeque a organização educacional existente e professores precisam de um momento para outro tornarem-se experts no uso das tecnologias com intuito de promover o ensino aprendizagem, para não deixar que um dos direitos básicos dos cidadão sejam cumpridos.

Durante essa pesquisa, percebeu-se que não há mais volta, não há como após a pandemia o sistema educacional pôr de lado tudo o que foi aprendido e efetivado durante esse período.

É momento de reorganizar esse sistema, que foi pensado e elaborado no século XIX, mas que não atende mais a realidade imposta não há como manter a escola encerrada dentro de quatro paredes ela precisa ser flexível e caminhar cada vez mais para o uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento integral dos alunos.

Consideramos que o momento é agora e que antes que a pandemia passe é preciso repensar todo esse processo e organização para que os professores e alunos não sejam novamente obrigados a se reinventar.

Referências

ALVES, Lynn. Educação remota: Entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, V.8 ,N.3 , p. 348 - 365 , 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>. Acesso em: 11/11/2020.

BRASIL. Casa Civil. **Mais de 82% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/mais-de-82-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Acesso em 26 de abr. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 26 de abr. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PROJETO DE LEI N.º 2.246-A, DE 2007**. Do Sr. Pompeo de Matto. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=517286. Acesso em 26 de abr. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação. Legislação Informatizada - **Lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020** - Publicação Original. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14040-18-agosto-2020-790546-publicacaooriginal-161318-pl.html>. Acesso em 26 de abr. 2021.

CARNEIRO, Roberta Pizzio. **Reflexões acerca do processo ensino-aprendizagem na perspectiva freireana e biocêntrica**. Revista Thema, v. 9, n. 2, 2012, disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/145>. Acesso em: 11/11/2020.

CASTELLS, Manuel. O digital é o novo normal. **Fronteiras do pensamento**. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/o-digital-e-o-novo-normal>. Acesso em 26 de abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, Pág. 32. Ver Parecer CNE/CP nº 9/2020.

FERREIRA, GABRIELLE. **Como funciona o Google Classroom? Saiba tudo sobre a sala de aula online**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/04/como->

funciona-o-google-classroom-saiba-tudo-sobre-a-sala-de-aula-online.ghtml. Acesso em: 11/11/2020.

GATTI, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estud. av.** vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020. Epub Nov 11, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000300029&script=sci_arttext. Acesso em 26 de abr. 2021.

HONORATO, Hercules Guimarães; MARCELINO, Aracy Cristina Kenupp Bastos. **A arte de ensinar e a pandemia covid-19: a visão dos professores. REDE – Revista Diálogos em Educação**, v. 1, n. 1, janeiro-junho 2020. Disponível em: <http://www.faculdadeanicuns.edu.br/ojs/index.php/revistadialogosemeducacao/article/view/39/18>. Acesso em: 11/11/2020.

MORAN, José (Org.), BACICH, Lilian (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2017, Ed. e-PUB.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. Editora Papirus, 2009.

MOREIRA, José Antonio e SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, 2020, v. 20, 63438. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438/36079>. Acesso em 26 de abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 26 de abr. 2021.

RODRIGUES, Alessandra. **Ensino remoto na Educação Superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia**. SBC Horizontes, jun. 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/17/ensino-remoto-na-educacao-superior/>. Acesso em: 11/11/2020.

SILVA, Rossieli Soares da. Ministro da Educação. **A Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em 26 de abr. 2021.

SOARES-LEITE, W. S. & NASCIMENTO-RIBEIRO., C. A. do (2012). A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **magis. Revista Internacional de Investigación en Educación**, 5 (10), 173-187. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281024896010.pdf>. Acesso em 26 de abr. 2021.

SOUZA, Kátia R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. Trabalho. **Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v19/0102-6909-tes-19-e00309141.pdf>. Acesso em 26 de abr. 2021.



III Congresso Internacional
V Congresso Nacional

25 a 28
Agosto 2021



TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar**. Curitiba, n.10, p. 91-98. 1995. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n10/n10a12.pdf>. Acesso em 26 de abr. 2021.